

**REGIMES DE HISTORICIDADE E ESCRITA MIDIÁTICA:** as efemérides de 30 e 40 anos do Golpe de 1964 na Folha de São Paulo<sup>1</sup>

**REGIMES OF HISTORICITY AND MEDIA:** the ephemeris of 30 and 40 years of the Coup of 1964 in the Folha de São Paulo

**REGÍMENES DE HISTORICIDAD Y ESCRITA MEDIÁTICA:** las efemérides de 30 y 40 años del Golpe de 1964 en “Folha de São Paulo”

SÔNIA MENESES

Profa. Dra. Universidade Regional do Cariri –URCA - Crato, CE  
[sonia.meneses@gmail.com](mailto:sonia.meneses@gmail.com)

**Resumo:** o presente artigo pretende refletir sobre a escrita da história produzida a partir dos veículos de comunicação, para isso, toma como exemplo as efemérides de 30 e 40 anos do Golpe de 1964 narradas na Folha de São Paulo. A intenção é investigar a existência de regimes de historicidades distintos a partir dos discursos de intelectuais, jornalistas e políticos que escrevem para o jornal. É uma pesquisa que investiga arquétipos e representações históricas efetivadas nessa escrita.

**Palavras-chave:** Regimes de historicidade. História. Mídia. Golpe de 1964.

**Abstract:** This paper reflects on the writing of history produced from the media, for it takes as an example the ephemeris of 30 and 40 years of the coup of 1964 narrated in the Folha de São Paulo. The intention is to investigate the existence of different regimes of historicity from the discourses of intellectuals, journalists and politicians who write for the newspaper. It is a research that investigates archetypes and pageants effect this writing.

**Keywords:** Regimes of historicity. History. Media. Coup of 1964.

**Resumen:** El artículo refleja la escrita de la historia producida a partir de los vehículos de comunicación. Para esto, trae como ejemplo las efemérides de 30 y 40 años del Golpe de 1964 narradas en el periódico “Folha de São Paulo”. La intención es investigar la existencia de regímenes de historicidad distintos a partir de los discursos de intelectuales, periodistas y políticos que escriben para periódicos. Es una investigación que estudia arquetipos y representaciones históricas confirmadas en esa escrita.

**Palabras clave:** Regímenes de historicidad. Historia. *Midia*. Golpe de 1964.

Entre a segunda metade dos anos noventa e a primeira década de 2000, o jornal Folha de São Paulo se tornou um dos mais importantes veículos de discussão política no país. O afamado projeto Folha já havia se firmado e, em termos de inserção nacional, poucas referências ainda associavam a história do jornal ao Golpe de 1964. Entre todos os grandes veículos de comunicação que apoiaram os militares, certamente

---

<sup>1</sup> Artigo submetido à avaliação em 13/08/2013 e aprovado para publicação em 20/10 /2013

o grupo Folha foi o que melhor soube desvincular sua imagem do episódio, tornando-se um dos seus principais debatedores na primeira década do século XXI.

Nesse período, passaram por suas páginas um sem número de influentes intelectuais e colaboradores que ajudaram a construir uma visão quase mitificada do jornal como espaço isento e apartidário, além de referência entre meios acadêmicos e políticos. Acrescenta-se a isso o fato de uma agressiva estratégia de marketing com utilização de outras mídias, como propagandas em rádio e televisão, ter auxiliado na popularização do jornal nacionalmente. Exemplo dessas campanhas foi o premiado comercial “Hitler”, de 1988, cuja mensagem principal é bastante significativa sobre o papel que o jornal constrói para si na condução da informação no país, “(...) É possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade, por isso é preciso tomar muito cuidado com a informação e o jornal que você recebe. Folha de São Paulo, o jornal que mais se compra e o que nunca se vende”.<sup>2</sup>

Situação que nos faz lembrar as observações feitas por Certeau sobre a construção da legitimidade do historiador para tratar do passado num momento em que “o privilégio negado às obras controláveis foi transferido para um grupo incontrolável”.<sup>3</sup> Da mesma forma, o jornal acabou por se tornar uma referência que pretendeu se colocar fora do alcance de todas as críticas, pois apesar das fragilidades e contradições daquilo que se produzia nele, exaltava-se seu lugar quase supra-social para informar sobre todos os temas.

Nas efemérides de trinta e quarenta anos do golpe, a Folha esteve à frente na organização de debates e na convocação de vários personagens para discutirem e explicarem os significados do episódio, o que resultou numa intensa produção de textos e matérias que culminaram em bons exemplos dessa escrita histórica elaborada em suas páginas.

Minha reflexão nesse ponto enfrentará alguns desafios, pois, debruçar-me-ei sobre textos de jornalistas, colunistas, colaboradores externos do jornal que apresentarão perspectivas muito distintas e, por vezes, opostas do evento. Isso já chama atenção para o fato de que a formação, lugar social e participação destes autores no episódio serão muito variados, o que certamente já impede de se falar em uma única visão sobre 1964; por conseguinte, não busco encontrar, nessa diversidade, uma síntese explicativa que

---

<sup>2</sup> A propaganda pode ser vista na íntegra no endereço. Disponível em:  
<http://www.youtube.com/watch?v=6t0SK9qPK8M>

<sup>3</sup> CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 68

possibilitaria construir uma única narrativa sobre o episódio, embora, como veremos adiante, é com essa intenção que o jornal convoca tantos discursos divergentes. Minha aspiração será investigar em que medida, na heterogeneidade desses pontos de vista, é possível encontrarmos conexões entre estes interlocutores, quem sabe identificar elementos de construção de sentido e arquétipos de representação histórica que perpassam essa produção.

Quando falo isso, refiro-me à possibilidade de tentar reconhecer aquilo que Hayden White<sup>4</sup> chamou de um nível estrutural mais profundo do pensamento histórico, o que está além da literalidade do discurso ao tratar dos acontecimentos históricos e que nos permitiria falar em ideias de história e formas de pensamentos históricos presentes nestes textos e, conseqüentemente, nessa sociedade.

Para começar irei me deter na análise de dois extratos produzidos nas efemérides de 30 e 40 anos:

Há uma região interior de nós mesmos chamada Brasil. O Brasil mudou muito dentro de nós. Não falo de uma descrição figurativa da história recente. Falo mais de um ritmo que muda de 1964 para cá, ritmo de silêncios e de vozes, um ritmo de vida interior que foi mudando nos últimos trinta anos. (...) A História só muda realmente por baixo dos fatos. Há uma revolução silenciosa e mental sob os acontecimentos. O que mudou nas cabeças? Antes de 64, o ritmo das coisas tinha a linearidade sucessiva de um filme acadêmico. (...) Rompeu-se em 64 o sonho de que as idéias sozinhas mudavam o mundo. Não tínhamos mais futuro harmônico. (...) Todos nos sentíamos culpados diante do olhar severo dos generais. Que havíamos feito de errado?<sup>5</sup>

‘A História, mestra inalterável dos homens e das nações.’ (Rui Barbosa). São passados 40 anos. Essa data merece ser lembrada na sua verdadeira significação e na sua real repercussão para a nossa sociedade. (...) Meu propósito, como membro de vários institutos históricos, foi reconduzir a vitória do movimento de 31 de março à sua verdadeira significação. (...) o marco que coroou a resposta da grande maioria dos brasileiros, apoiada pelas Forças Armadas, ante as ameaças e as tentativas de implantação de um regime político incompatível com a nossa vocação de viver numa sociedade livre e democrática.<sup>6</sup>

As citações acima apresentam duas perspectivas distintas sobre o significado do evento de 1964. A primeira, de Arnaldo Jabor<sup>7</sup>, embora pareça falar em

<sup>4</sup> Cf. White, Hayden. *Trópicos do discurso*: ensaio sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 2001.

<sup>5</sup> JABOR, Arnaldo. Os trinta anos de 64 fizeram nossa cabeça. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 abr. 1994. Ilustrada 5-6.

<sup>6</sup> MATTOS, Carlos Meira. O 31 de Março de 1964. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 mar. 2004. Opinião. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz3103200409.htm>.

<sup>7</sup> Arnaldo Jabor tinha 24 anos em 1964. Foi editor da revista *Movimento*, publicada pela União Nacional dos Estudantes, a UNE. Estreou a carreira de jornalista profissional em O Metropolitano (1962), jornal ligado ao movimento estudantil, mas nas três décadas seguintes, dedicou-se ao cinema, primeiro como técnico de som e assistente de direção em filmes durante o governo Jango, como em *A nave de São Bento* (1963), *Maioria absoluta* (1964) e *Integração racial* (1964). Depois de estabelecido o regime

nome de geração de jovens que a partir de 1964 sofreu as ações repressivas do regime militar, representa, sobretudo, a decepção da classe média silenciada logo após os primeiros anos da ditadura militar; é o olhar de quem falava “muito em ‘luta de classes’, mas não acreditava nela”.<sup>8</sup> Para Jabor, aquele momento acabou por solapar uma visão quase romântica e idealizada da classe média brasileira quanto ao presente: “nada descreve o choque do surgimento súbito de Castello Branco na capa da revista *Manchete*”.<sup>9</sup>

A outra, do general reformado Carlos Meira Matos<sup>10</sup>, apresenta o acontecimento prodigioso. O golpe é narrado como uma ação de salvaguarda da nação e da democracia ameaçadas pela desordem em que, segundo o autor, o país estava mergulhado. Para ele, ao contrário de golpe, o evento foi “o marco que coroou a resposta da grande maioria dos brasileiros, (...) ante as ameaças e as tentativas de implantação de um regime político incompatível com a nossa vocação de viver numa sociedade livre e democrática”.<sup>11</sup>

Em um nível mais profundo de significação, as citações apresentam também duas maneiras distintas de compreender a história. A primeira é caracteriza como ocorrência pessoal e subjetiva, como um “ritmo da vida interior” que se realiza em caráter quase existencial. Para Jabor a história talvez só se manifesta como experiência interior, por “sob os acontecimentos” o que a impediria de apresentar modelos universais. Em sua fala, existe uma tensão em relação ao paradigma tradicional da *magistra vitae*. A história não ensina, não pode ensinar porque só pode expressar a si mesma.

---

militar, faz o curso de cinema Itamaraty-Unesco (1964) tornando-se documentarista dirigindo o curta *O circo* (1965) e *Opinião pública* (1967), coletânea de depoimentos sobre as ambições e os temores da classe média brasileira. Nas últimas décadas do século XX, tornou-se colunista do jornal Folha de S. Paulo (1991), passando em 1995 para as empresas de Roberto Marinho. Disponível em: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/ObsSoBio.html>

<sup>8</sup> JABOR, op. cit.

<sup>9</sup> Ibid.

<sup>10</sup> General reformado do Exército do Brasil nascido em São Carlos, no interior do estado de São Paulo, veterano da Segunda Guerra Mundial, conselheiro da Escola Superior de Guerra e especialista em geopolítica. Participou ativamente do golpe militar (1964) e foi amigo e colaborador do presidente Humberto de Alencar Castello Branco, no seu governo (1964-1967) atuando como subchefe do gabinete militar da Presidência da República. Também foi comandante do Destacamento Brasileiro das Forças Inter-Americanas de Paz na República Dominicana (1965) e comandante da Academia Militar das Agulhas Negras. Promovido a general-de-brigada (1968), deixou a ativa quando era vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (1973). Publicou diversos livros nas áreas de geopolítica e estratégia militar, entre eles *Projeção Mundial do Brasil* (1960), *Operações na Guerra Revolucionária* (1966), *A Doutrina Política da Revolução de 31 de Março de 1964* (1967), *A Geopolítica e as Projeções de Poder* (1977), *Estratégias Militares Dominantes* (1986), *Guerra nas Estrelas* (1988) e *A Geopolítica e a Teoria de Fronteiras* (1990). Disponível em: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/ObsSoBio.html>

<sup>11</sup> MATTOS, op. cit.

Segundo sua visão, antes do episódio, o tempo tinha a “linearidade sucessiva de um filme acadêmico” e o futuro era visto como o lugar de previsibilidade, da “harmonia”. Com isso, parece que encontramos ainda com a crítica a uma ideia de processo histórico, colocando em xeque também o princípio teleológico e otimista atribuído a ele. Hibridizam-se, portanto, tanto a presença da modernidade do pensamento histórico, como de sua crise em fins do século XX. Para Arnaldo Jabor, as efemérides de trinta anos de 1964 faziam ver que a história parecia não ter sentido algum e sua arbitrariedade caminhava, concomitantemente, à sua impossibilidade de apresentar lições para o presente.

Para Meira Matos, chamado a colaborar nas efemérides de 40, era chagada a hora de “reconduzir a vitória do movimento de 31 de março à sua verdadeira significação”. Para isso, deixa claro que sua autoridade em fazer essa condução advinha não apenas do fato de ter sido um dos envolvidos no evento, mas, principalmente, por ser “membro de vários institutos históricos”, o que lhe legitimava a apresentar aos leitores do jornal uma representação segura e verdadeira do passado.

Ao abrir seu texto com a frase de Rui Barbosa, convoca o antigo *topos* da *Magistra Vitae* e recorre de maneira retórica à erudição como que se valendo de uma autoridade quase milenar atribuída à história, que, sob esse paradigma, reafirma a possibilidade de compreensão das ações humanas em um *continuum* histórico ininterrupto e inesgotável. Sugere assim um percurso de aperfeiçoamento moral, intelectual perene que englobaria tanto as gerações passadas como as futuras.

Em sua evocação do cânone tradicional, quer fazer justiça aos que estiveram junto consigo, como atores na trama do evento, além de lançar um alerta ao presente na medida, em que chama os leitores da Folha a olharem para o passado e receberem seus exemplos. Para Meira Matos, a história é uma escola “na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros”.<sup>12</sup> Sendo assim, segundo o general, foi o trabalho dos militares no poder que possibilitou o estado democrático de hoje. Seu ensinamento, no caso, era a reafirmação do golpe militar, como tendo sido a grande revolução que, em 1964, salvara o país do caos no qual parecia estar mergulhado.

Nossos dois personagens não apenas têm visões opostas da história e do episódio, como também foram atingidos de formas diferentes por ele. Para o cineasta, cuja formação se dá no ambiente do cinema novo e inspirado pelo neo-realismo italiano,

---

<sup>12</sup> KOSELLECK, Reinhart, *O futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC - Rio, 2006. p. 42

a tomada do poder pelos militares estimulou a “crença da mudança de comportamento cultural, buscando saídas individuais, mágicas, místicas”, obrigando seu grupo a ter que aprender a lidar com a frustração de ver o país mergulhado em uma ditadura. Já para Carlos Meira Matos, especialista em análises geopolíticas, vice-chefe de gabinete de Castelo Branco, a tomada de poder em 1964 sempre foi vista com ocorrência necessária e positiva.

Seus textos são exemplo de como, em um mesmo horizonte temporal, podem conviver referentes de regimes de historicidade distintos. Meira Matos é o típico representante de um grupo para o qual a história continua a ser a grande mestra da vida, cuja tarefa de ensinar permanece inalterada. Já o cineasta apresenta uma variedade mais complexa de referências temporais e conceituais que dificulta seu posicionamento em apenas um paradigma. Talvez se encontre, como poderiam dizer alguns contemporâneos, “à beira da falésia”, uma vez que não se pode deixar de destacar que sua compreensão histórica também, em 1994, é fortemente influenciada pelas transformações ocorridas pós-1989, momento em que, segundo Hartog<sup>13</sup> “escrever uma história dominada pelo ponto de vista do futuro, como uma teleologia, não é mais possível, (...). E o presente mesmo, como acabamos de ver não é um chão seguro”, ou para usar um termo em moda naqueles dias, teríamos chegado ali, “ao fim da história”.

Tais divergências colocam uma primeira questão relevante, a saber: os ritmos de adequação, sob os quais, formas distintas de representação histórica apresentam-se nas sociedades ocidentais. Se, como afirmam tanto Hartog quanto Koselleck, já em meados do século XVIII fica mais nítida a transformação do antigo topos do *magistra vitae* e a emergência daquilo que os autores denominam de “moderno regime de historicidade, mudança que pode ser sentida com mais força em países como França e Alemanha – configurada principalmente nas disputas de conceitos como *Geschicht* e *Histoire*<sup>14</sup> - as manifestações dessas disputas num espaço de experiência cotidiana parecem ser bem mais lentas e confusas quando se enfrenta a problemática da escrita histórica midiática.

É necessário chamar atenção que isso não significa que, muito antes grandes transformações já não tivessem ocorrido na escrita da história no Brasil. Muitas foram as chamadas “revoluções” historiográficas vividas durante o século XX que nos

---

<sup>13</sup>HARTOG, François. *Regime de historicidade*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dl/heros/excerpta/hartog.html>. Acesso em: 8 maio 2006.

<sup>14</sup> Para uma discussão mais detalhada desse conteúdo, cf. KOSELLECK, op. cit.

colocaram em consonância como os debates mais recentes sobre a produção do conhecimento histórico; e não é improvável que encontremos os ecos dessas mudanças em alguns momentos no jornal. Todavia, o conflito realçado pelos interlocutores alerta para o fato de que, dentro dessa escrita da mídia, podem-se vislumbrar modelos de representação que ainda encontram grande aceitação como referências de compreensão histórica em nossos dias, mesmo que, em termos de uma escrita da história convencional, pareçam está superados.

Embora estejam em edições diferentes no tempo, as citações são exemplos de como o veículo organiza diferentes formas de representação histórica em suas páginas. Mas o que possibilita a reunião de visões tão díspares sobre os acontecimentos e sobre a própria história, de forma a não tornar essa produção irrealizável?

É provável que nenhuma obra realizada pelo campo da história ousasse condensar paradigmas tão distintos de construção do passado, sob o risco de ser desqualificada por seus pares. Contudo, o mesmo não parece ocorrer com essa produção, na qual tudo parece encontrar espaço de inteligibilidade; um grande amálgama de modelos e arquétipos, como se ali todas as ideias de história fossem possíveis. As visões sobre os episódios sempre podem ser criticadas e questionadas por seus leitores do jornal, ou pela sociedade de maneira geral, mas raramente se interpela a forma sob as quais elas são construídas, ou seja, a própria maneira de representação do passado em seus elementos estruturantes.

Nessa lógica organizativa, tanto a posição do general, defendendo a ação dos militares, como as críticas de Arnaldo Jabor ao episódio, são explicadas como o desejo do veículo de apresentar todas as versões do acontecimento para que algum dia se pudesse realizar uma síntese explicava sobre ele. Daí compreende-se o que pode ser a primeira característica dessa produção: o veículo trata o passado como uma totalidade a ser desvendada; logo, quanto mais vozes fossem reunidas sobre ele, maior a possibilidade de capturá-lo; por conseguinte, constata-se ainda que para o jornal a história mantém sua representação como coletivo singular que reuniria todas as versões, todas as histórias particulares.

Se o jornal tenta se apresentar como *locus* de debate social indiscutível, parece também querer se tornar o espaço de isenção para o tratamento da história do país. Ao trazer a voz do general, bem como com as de seus opositores, além dos especialistas para explicarem essas versões, coloca-se como a referência legitimada a

convocar todas as versões sobre o episódio. Lugar tanto de memória, como lugar de história, numa hibridização que se materializa na produção de uma memória historicizada e uma escrita da história monumentalizada, nas quais perdura a ideia de um conteúdo de verdade sempre possível de ser identificado em seu caráter final.

Mesmo abrindo espaço para tantos modelos de representação histórica, quando vai abordar diretamente algum tema que exija sua posição sobre o passado, predomina um olhar tradicional sobre a história, ligada principalmente ao modelo moderno de representação histórica. Ao invés de uma mera narrativa cronológica, que nunca deixa de ser realizada por essa escrita, a história deve trazer, principalmente, uma explicação sobre os eventos numa rede causal de significação. Como bem destaca Koselleck sobre esse modelo, “passou-se a exigir da história uma maior capacidade de representação, de modo que se mostrasse capaz de trazer à luz (...) os motivos que permaneciam ocultos, criando assim um complexo pragmático, a fim de extrair do acontecimento causal uma ordem interna”<sup>15</sup>.

Essa conduta leva, conseqüentemente, a outra conclusão: se é possível encontrar a verdade, ou os motivos que explicam os fatos históricos, é necessário também realizar o julgamento sobre passado, intenção que fica evidente com o jornalista Luiz Nassif<sup>16</sup>, ao constatar que 30 anos ainda parecem ser pouco tempo para se apresentar um veredicto sobre o episódio:

Revolução ou golpe? Os analistas ainda não chegaram a um consenso sobre se chamam o movimento militar de 1964 de revolução ou golpe. É um sinal ostensivo de que 30 anos não parecem suficientes para produzir o devido distanciamento histórico. Há quase um consenso de que o período Castelo Branco foi o que proporcionou as mais profundas transformações institucionais do Brasil moderno. Mas é pouco para um julgamento abrangente do regime militar<sup>17</sup>.

A busca de verdades ou consensos históricos para descrever o acontecimento figura como uma das maiores preocupações dessa escrita pragmática, que lança ainda uma intenção de busca por justiça como função atribuída à história, característica herdada da tradição iluminista e que permanece como elemento bastante relevante na estruturação dessa produção.

---

<sup>15</sup> KOSELLECK, op. cit.

<sup>16</sup> Jornalista e colunista da Folha durante longos anos tratando de economia, tendo se desligado do jornal em 2006.

<sup>17</sup> NASSIF, Luiz. Revolução ou golpe? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 mar. 1994. Dinheiro, 2-3. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/27/index.html>



No mesmo ano de 1994, outro colaborador do jornal, o ex-governador de São Paulo na época do regime militar, Roberto de Abreu Sodré, adverte:

A história é a grande conselheira.

A revolução nasceu como subproduto da criminoso e enlouquecida renúncia de Jânio. Sobe à Presidência o vice João Goulart. Este, aliado ao cunhado Leonel Brizola e a alguns líderes sindicais, marxistas ou saudosista do getulismo, agitavam toda a nação, com greves e bandeiras vermelhas. Quebraram a hierarquia militar, dando força de comando ao cabo Anselmo e a fuzileiros navais do almirante Aragão. Marchávamos para o caos. Com o povo apoiando a intervenção militar, o governo ou desgoverno de Goulart se desmorona, sem tiro, sem herói.<sup>18</sup>

Roberto de Abreu Sodré<sup>19</sup> foi um colaborador importante do regime militar. Exerceu o governo de São Paulo, eleito indiretamente para o período entre 1967 a 1971, na transição entre o governo do general Costa e Silva e Garrastazu Médici. Nessa matéria, o ex-governador aproveita os trinta anos do episódio para falar do presente no qual vivia. A partir do passado, alerta para uma possível crise social e política que se anunciava, fazendo lembrar, segundo ele, o que teriam sido as origens da “revolução de 1964”. Para ele, o sentido do evento permanece inalterado, posto que, em sua narrativa de retrospectiva, mantém os mesmos argumentos que os justificaram no passado. Todavia, não é o passado o foco da reflexão de Sodré; ele é apenas seu ponto de partida para a sua grande admoestação:

A revolução de 64, que começou bem, terminou muito mal. Pergunto: não é de se recordar esse passado tão recente? Não é de se temer, hoje diante da crise aberta, o pior? O presidente da República, o presidente do Supremo e os das duas Casas Legislativas precisam começar a dialogar, mas dialogar incessantemente, para devolver a paz tão necessária ao país. Um pequeno benefício a poucos espalha-se por metástase a muitos, levando à morte o plano econômico tão necessário a todos.<sup>20</sup>

Com a evocação do cânone tradicional Sodré joga sobre o presente uma presença de passado irradiadora e inequívoca. Seu argumento se ampara na consideração de uma constância da natureza humana, que justificaria uma potencial semelhança de todos os eventos humanos; dessa maneira, aprender a identificá-los antes

<sup>18</sup> SODRÉ, Roberto de Abreu. A história é a grande conselheira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 mar. 1994. Painelel.

<sup>19</sup> Abreu Sodré foi um dos fundadores da UDN em 1945 e a partir de 1966 passou a ser um dos principais integrantes da ARENA e um dos fundadores do PDS nos ano 1980. Sodré sempre esteve alinhado com as principais elites políticas e agrárias do país. Sua atuação como governador de São Paulo durante o governo Médici foi fundamental inclusive no combate a membros da Igreja Católica críticos ao governo militar.

<sup>20</sup> SODRÉ, op. cit.

mesmo que se concretizem como nova experiência é um exercício que somente pode ser realizado se aceitarmos plenamente os “conselhos” da história.

Destaco algumas questões importantes nos depoimentos de nossos atores: assim, como Jabor e Meira Matos, mencionados anteriormente, Nassif e Sodré também trazem visões totalmente diferentes sobre o episódio; eles jogam com representações sobre o passado que tanto os distanciam como os aproximam em alguns elementos.

Para Nassif, a história já é compreendida enquanto o coletivo singular que exige uma nova consciência da realidade social. A história só é capaz de falar do que aconteceu, por isso, é preciso se distanciar do passado para julgá-lo; já que nos deparamos com um coletivo que explica as singularidades a partir de uma dinâmica própria, o evento é único, mas exige-se que se encontre nele sua dimensão histórica latente, aquilo que o introduziria na marcha do processo histórico da humanidade. Por isso, a prioridade é explicá-lo:

A julgar por depoimentos colhidos entre pessoas que estavam dos dois lados do muro, o golpe militar foi decorrência desse vácuo político gerado pelo próprio Jango. Não havia uma proposta clara dos militares para o país. Recorreu-se, então, ao estoque de propostas disponíveis nas mãos dos tecnocratas dos anos 50, que não eram implementadas por falta de articulação política.<sup>21</sup>

Em Nassif, o passado está subordinado a um conjunto de hipóteses e afirmações realizadas pelo autor nos 30 anos do episódio: “havia um vácuo político”, “faltava articulação política”, etc. É o presente que explica o passado, ao contrário de Sodré para quem o presente que é visto pelo passado, posto que, somente através de suas lições que se podem evitar os erros do futuro. Com o ex-governador, não existem hipóteses, mas sim, constatações. Identifica-se um conjunto de “sintomas” que claramente eram semelhantes aqueles apresentados no passado.

Com pontos de vista aparentemente tão dispares em relação ao passado, será possível encontrarmos elementos que os aproximem, ou até mesmo, sejam comuns entre nossos atores? Talvez um ponto de interconexão capital resida na possibilidade da descoberta da verdade histórica. Seja realizada por meio de conjecturas ou constatações comparativas, ela estaria sempre disponível, bastando para isso uma boa dose de atenção e perspicácia na investigação dos fatos históricos.

---

<sup>21</sup> NASSIF, op. cit.

Os escritores (jornalistas, testemunhas, especialistas, etc.) formulam questões que apresentam a história como um campo aberto e em constante disputa, apresentam assim, um mosaico de versões no qual predomina uma simbiose entre o antigo *topos magistra vitae* e o moderno regime de historicidade. Nessa escrita é possível vislumbrar alguns núcleos de orientação: o passado como totalidade a ser desvendada; um princípio pedagógico atribuído à história, o caráter moral e a necessidade de julgamento do passado, elementos que explicam, em parte, que idéias díspares transitem pelo jornal.

Os textos partem de três lugares de formulação, a saber: as testemunhas que rememoram e narram os episódios passados, como é o caso evidenciado com o general Meira Matos; os intelectuais chamados a explicar os acontecimentos a partir dos campos específicos de suas disciplinas, - aspectos econômicos, políticos, religiosos, etc. – e os artigos de jornalistas que pesquisam sobre o tema para produzirem matérias do período. É fácil encontrar aí também aqueles que partilham tanto da condição de testemunha como de intelectuais. Portanto, não há uma produção fechada em seus elementos conceituais ou mesmo sociais, pois, mesmo que ela seja articulada pelo campo midiático, transpõe suas fronteiras na medida em que necessita de outros campos para construir seus argumentos.

Todavia, há um aspecto importante: quando o jornal resolve trazer à tona uma reflexão sobre eventos históricos lida com os mesmos protocolos de sistematização que ordenam a produção das notícias; isso leva a considerar que, sob aspectos metodológicos, o passado é tratado como qualquer matéria em seu fluxo cotidiano. Com os trechos estudados, pode-se perceber como se ressaltou a máxima da pluralidade das versões, a busca das verdades sobre o episódio, a evocação de testemunhas, pré-requisitos fundamentais para a elaboração da notícia.

Não por acaso, o jornalista Luis Carvesan em 1994, ao lembrar os 30 anos do golpe, dá um aviso:

É extremamente importante que novos detalhes históricos, pitorescos, ridículos alguns – sobre o movimento militar de 31 de março de 1964 venham à tona. (...) No mínimo para que não se perca na poeira do tempo a escuridão sob a qual fomos obrigados a viver.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> CARVESAN, Luiz. Lembrar para não esquecer. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 mar. 1994. Opinião 1-2. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/27/index.html>.

Em textos elaborados em um mesmo horizonte temporal, o passado tanto pode ensinar como se configurar como experiência arbitrária, que muitas vezes parece não realizar o ensinamento que se solicita da história. É o que reclama o colunista da Folha também em 1994, Gilberto Dimenstein<sup>23</sup>, ao constatar que:

O Brasil virou uma imensa fábrica de ignorantes. Basta ver um incrível detalhe da pesquisa Datafolha publicada hoje, motivada pelos 30 anos do golpe militar. A metade dos brasileiros não sabe dizer o nome de um único presidente daquele regime. Mais: apenas 22% lembram-se de que, em 64, derrubou-se um governo democraticamente eleito. Esses números jamais deveriam sair da cabeça de nossa elite política. A ignorância é um dos combustíveis para os candidatos a ditador – mas também a incompetência dos civis. No Brasil, temos esses dois ingredientes conspirando contra a solidez da democracia. Note-se que, segundo o Datafolha, 24% dos brasileiros, faixa nada desprezível, admitem a possibilidade de uma ditadura. Tal número se encaixa com a constatação de 70% dos entrevistados de que, durante o regime militar, a situação econômica era melhor.<sup>24</sup>

A pesquisa tem a intenção de estimar até que ponto os ensinamentos do passado teriam sido eficazmente aprendidos, mas, como pode ser percebido há uma viva decepção quando o jornalista constata que, em 1994, a população não havia conseguido aprender com a história, a tal ponto que sequer lembrava o nome dos presidentes militares. Por outro lado, pode-se verificar que o próprio texto de Dimenstein tenta se realizar para seu leitor como o alerta quanto à necessidade desse aprendizado, pois “esses números jamais deveriam sair da cabeça de nossa elite política”.

Esses princípios mantêm uma forte influência com os paradigmas cientificistas positivistas do século XIX e, mesmo que nunca seja dito de forma direta, indica também referências à própria escola histórica metódica. Tal constatação chama atenção para o fato dessa relação entre os meios de comunicação e a história ser bastante anterior. Afinal, quando Heródoto recomenda ir buscar os relatos das testemunhas para melhor narrar os acontecimentos históricos não acaba por sugerir aquilo que é tomada como a principal atividade jornalística na modernidade?

Nesse vigoroso fluxo de conteúdos, deve-se considerar que essa escrita não pode ser vista como um produto historiográfico nos moldes em que são pensados os processos dirigidos pelo ofício do historiador. Consequentemente, não está condicionada a ele, o que acarreta metodologias e formulações bastante distintas, uma vez que escreve história sem pertencer ao lugar de produção intelectual que é a oficina

---

<sup>23</sup> Até hoje é um dos principais articulistas da Folha de S. Paulo.

<sup>24</sup> DIMENSTEIN, Gilberto. Somos uma fábrica de ignorantes. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 mar. 1994. Opinião. Disponível em : <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/27/index.html>

do historiador. Portanto, seu tratamento sobre fontes, conceitos, e objetos não estão submetidos ao campo da história, mas às exigências de seu próprio lugar de produção. O que certamente se constitui em um dos principais pontos de conflitos entre historiadores e jornalistas.

Mesmo quando o jornalista se propõe escrever história, o faz amparado pelas ferramentas de seu campo de atuação intelectual. Desse modo, não é de se surpreender que seus livros se tornem sucessos editoriais, como mencionado logo no início desse capítulo. É especialmente aí, no trabalho sobre os objetos e fontes, que essa escrita se distingue da historiográfica convencional.

É preciso ainda destacar outro aspecto fundamental presente na historiografia contemporânea, o qual não parece ter alcançado com a mesma força a escrita da história midiática: a história considerada como representação problemática do passado, ou seja, sua condição de relato limitado e sempre em construção, não apenas em termos de novas descobertas de registros, mas em relação às questões colocadas à própria elaboração do conhecimento histórico. Aquilo que, segundo Le Goff e Nora, obrigou aos historiadores “a tomada de consciência do relativismo de sua ciência”<sup>25</sup>:

Esse caráter singular de uma ciência que possui apenas um único termo para seu objeto e para si própria, que oscila entre a história vivida e a história construída, sofrida, fabricada, obriga os historiadores, já conscientes dessa relação original, a se interrogarem novamente sobre os fundamentos epistemológicos de sua disciplina<sup>26</sup>.

A escrita midiática da história continua sendo uma tentativa de relato fiel do passado e seu principal problema está na impossibilidade de articular e conhecer satisfatoriamente todos os registros desse passado e não nos elementos epistemológicos estruturantes dessa produção, tampouco o lugar de onde ela parte. Sob esse prisma, sua transformação se dá, sobretudo, pela divulgação de “documentos” que podem “trazer à tona” novas descobertas sobre os acontecimentos relatados. Uma compreensão que reafirma o caráter de uma objetividade tradicional do conhecimento histórico e do passado como dado a ser revelado. Vejamos alguns exemplos em matérias produzidas nos anos de 1994 e 2004:

---

<sup>25</sup> LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História novos problemas*. Rio de Janeiro: Frâncico Alves Editora, 1995. p. 12.

<sup>26</sup> *Ibid.*

**Documentos obtidos** pela Folha **comprovam** que, entre os anos 60 e 80, o Estado brasileiro promoveu a censura à correspondência, a espionagem de ativistas políticos no exterior e o controle de partidos, universidades, colégios e redações de jornais.<sup>27</sup>

**Documentos revelam** ação de Médici e Nixon para barrar esquerda no Uruguai; EUA têm amplo arquivo sobre regime militar (...). Um dos últimos documentos liberados pelo governo dos Estados Unidos sobre o regime militar brasileiro revela que a participação americana no Brasil não se limitou a monitorar a derrubada do governo de João Goulart, em 31 de março de 1964.<sup>28</sup>

**História revelada** - ONGs, órgãos como o NSA e bibliotecas presidenciais nos EUA, como a de Lyndon Johnson (1963-1969) e a de John Fitzgerald Kennedy (1961-1963), guardam milhares de documentos sobre o regime militar no Brasil e sobre a participação americana na derrubada de João Goulart em 64 - o que torna mais profícua a pesquisa sobre o período nos Estados Unidos do que no Brasil.<sup>29</sup>

Por outro lado, mesmo quando renomados historiadores são chamados a opinar em suas páginas, adaptam-se às exigências desse lugar. Como exemplo, cito o historiador Luiz Felipe de Alencastro, que em 1994, reclamava sobre a dificuldade de se estudar o período:

Um equívoco se introduziu no balanço geralmente estabelecido a respeito do golpe de 1964. Quando aparece gente – tão rara quanto os micos-leões – lembrando as atrocidades cometidas pela ditadura, surge um mal-estar que toca até democratas tarimbados. (...) Como só acontece entre nós, estes eventos dramáticos teriam perdido seu nexos histórico. (...) Se transformaram apenas em culto doméstico das famílias das vítimas. Quem quiser tratar do assunto que o faça literariamente. Que escreva um desses romances de formação, meio autobiográficos. E estamos conversados. (...) Para além do revanchismo, deve haver espaço para uma análise das consequências atuais da tirania que se abateu sobre o país 30 anos atrás.<sup>30</sup>

Alencastro não está escrevendo para o campo disciplinar da história, e realmente não seria apropriado fazê-lo, uma vez que o público leitor do jornal é bastante diferente daquele do universo acadêmico no qual ele circula. Seu texto é um chamamento para seja feita uma reflexão “para além do revanchismo” sobre o passado, e, assim como Dimenstein, que reclamava da ignorância do povo brasileiro em sua matéria, o historiador deixa claro que no Brasil ainda não parece ser dada a devida

<sup>27</sup> MOLICA, Fernando. Estado promovia uma guerra psicológica contra adversários. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 mar. 1994. Caderno Especial – 30 anos do golpe. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/27/index.html>

<sup>28</sup> CANZIAN, Fernando. Documentos revelam ação de Médici e Nixon para barrar esquerda no Uruguai. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 28 mar. 2004. Caderno-Brasil.

<sup>29</sup> CANZIAN, op. cit.

<sup>30</sup> FOLHA DE S. PAULO. 1964: por quem dobram os sinos? ALENCASTRO, Felipe Luiz. Nacional, 16 maio 1994.

atenção à significação dos acontecimentos históricos, pois, “só acontece entre nós, estes eventos dramáticos teriam perdido seu nexos histórico. (...) Se transformaram apenas em culto doméstico das famílias das vítimas”.

Percebamos que Alencastro também apela para a autoridade judiciária da história para deliberar sobre os acontecimentos passados tarefa que segundo ele não deve ser delegada somente “às famílias das vítimas”, principalmente para que seja feita uma avaliação sobre a “tirania que se abateu sobre o país.” Também está implícito a crítica ao esquecimento, ao qual o episódio parece relegado entre os anos de 1985 e 1995.

Sendo assim, talvez seja pertinente considerarmos, como destaca Stephen Bann, que “a experiência estilística poderia ser a única maneira de conceber e compreender uma história que não está limitada pelos protocolos tradicionais, e, portanto, por expectativas ou ordem preestabelecidas”<sup>31</sup>. Como não está submetida às ordenações do campo disciplinar da história, isso pode criar a impressão de que esteja desobrigada de prestar contas sobre suas formulações ou que seus conteúdos históricos tenham menos impacto em nossa sociedade do que aqueles advindos da prática historiadora.

Mas esse aspecto não a isenta da responsabilidade de produzir uma dada versão do passado. Ao contrário, mesmo que a elaboração desses conteúdos seja conduzida por caminhos diversos daqueles do ofício dos historiadores, são também poderosas representações do passado. Uma invenção da história que ordena significativos recursos científicos e estilísticos que criam um idioma histórico próprio dos meios de comunicação. O que me leva mais uma vez a concordar com o autor, pois:

É somente reconhecendo e identificando os códigos através dos quais a história foi mediada, é ligando-os aos atos criadores de indivíduos em determinadas circunstâncias históricas, que podemos ter a esperança de evitar uma separação definitiva entre o mundo circunscrito do historiador profissional e a generalizada moda de espetáculo na qual todas as formas de representação popular se arriscam a ser assimiladas<sup>32</sup>.

Por conseguinte, se é válida a provocação de Stephen Bann, ao afirmar que “nos dias de hoje o jornalismo é implicitamente confrontado com a história e deste modo tem as conotações de um ponto de vista limitado e efêmero, corrigido pelo

---

<sup>31</sup>BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo: UNESP, 1994. p. 22.

<sup>32</sup>BANN, op. cit., p. 15.

historiador”<sup>33</sup>, não é menos verdade que a história também se vê pressionada e provocada pelo jornalismo – pela mídia, de forma geral – a compreender a própria construção pública de eventos e conteúdos históricos, antes mesmo de serem submetidos à crítica historiográfica.

Uma narrativa de múltiplas faces, entrecortada por vários saberes que operam a própria plasticidade da imaginação histórica, formulada por uma extensa variedade de autores que têm, a princípio, como único elemento comum a adequação de suas reflexões ao espaço concedido no meio de comunicação.

Mesmo que essa escrita seja uma bricolagem de vários campos e personagens, é possível identificar alguns princípios que a vinculam mais diretamente aos paradigmas tradicionais de representação do passado, e a partir disso, destacam-se ainda outros elementos recorrentes em sua formulação, a saber: o caráter veritativo; a obsessão das origens e o princípio da causalidade. Tais pressupostos aparecem de forma difusa, havendo em vários casos uma hibridização de categorias de diferentes regimes de historicidade que funcionam de acordo com as escolhas do veículo em um dado presente.

Nota-se que, mesmo diante de versões e ideias de história diversas no caso do golpe, um aspecto é sempre realçado: 1964 é narrado como marco que explica todos os problemas do país naquele momento e a história, mesmo que nem sempre possa apresentar lições, funciona como recurso retórico de extrema eficácia para o presente. O jornal faz com que os depoimentos veiculados em suas páginas dialoguem entre si, mas, os conduz em uma busca pela verdade. Esta, por sua vez é controlada dentro de sua narrativa, que delimita os marcos temporais e os principais nomes envolvidos no processo, resultando assim na tríade clássica: acontecimentos, datas e nomes.

É preciso ressaltar, como destaca Muniz Sodré, que “em todo esse processo o jornalista é apenas parcialmente autônomo, já que tem que obedecer às regras de um planejamento produtivo, assim como de uma concepção coletiva de acontecimento, que em parte o ultrapassam, fazendo com que a seleção das ocorrências informe tanto sobre o campo profissional do jornalismo quanto sobre o meio social a que se refere as notícias”.<sup>34</sup> Portanto, não se pode compreender essa produção sem considerar que ela

---

<sup>33</sup>Ibid., p. 36.

<sup>34</sup>SODRÉ, Muniz. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis, Vozes. 2009. p. 26.



obedece a uma pauta que realiza uma seleção prévia tanto sobre os aspectos que a serem discutidos, como daqueles que irão ser chamados a discutir tais aspectos.

Em seu desenvolvimento, se destaca uma sucessão de várias escritas que, apesar de divergirem em versões, apresentam expectativas muito parecidas em relação à função que o passado deve exercer. Pode-se dizer que predomina uma história que é problematizada apenas no embate de narrativas, lugares de construção de verdades, mas que reproduz uma visão pragmática tradicional de seus usos no cotidiano.

As formas sob as quais o jornal evoca o passado estão associadas tanto a um ordenamento técnico-teórico de produção das matérias, dimensão diretamente ligada ao campo profissional, como também, às constituições mentais sob as quais o passado é refletido nessa sociedade. Uma compreensão anterior sobre a configuração da história que oferece as ferramentas essenciais para estimular, no presente, marcos de memória e esquecimento e, além disso, o estabelecimento de distinções sociais, construção de identidades e reivindicações de direitos.

Na elaboração dessa escrita, embora haja elementos que a todo momento atuam como pontos de conformação sobre o conteúdo comunicado – linguagem, meio, forma, apresentação etc. – a mensagem precisa produzir efeito de realidade, verossimilhança, ser “significativamente decodificada”. Como afirma Hall “é esse conjunto de significados decodificados que ‘tem um efeito’, influencia, entretém, instrui ou persuade, com conseqüências perceptivas, cognitivas, emocionais, ideológicas, ou comportamentais muito complexas”.<sup>35</sup>

Estabelece-se uma troca necessária que desencadeia negociações marcadas por tensões, rupturas ou mesmo conformações em diferentes momentos de apropriação, que são responsáveis pela constante atualização dessa escrita da história. Posições que solicitam que o passado preste contas com o presente e vice-versa, sobretudo, quando “este presente hipertrofiado rapidamente se tornou desconfortável em si mesmo. Ficou muito ansioso por ver-se como já passado, como história”<sup>36</sup>, como destaca Hartog ao se referir ao regime de historicidade em que vivemos.

O evento é reivindicado por vários grupos que pretendem ordenar suas explicações e, embora predominem certas versões que se tornam mais visíveis no arranjo de sentidos, isso não quer dizer que ele seja capturado totalmente por alguma delas ou que se submeta a uma rede de determinação imutável, pois, “é sempre possível

---

<sup>35</sup> HALL, Stuart. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 368.

<sup>36</sup> HARTOG, op. cit.

ordenar, classificar, atribuir e decodificar um acontecimento dentro de mais de um ‘mapeamento’.<sup>37</sup>

Em suas páginas, esses grupos debatem, dando impressão de que, a cada efeméride, a verdade estaria mais próxima de ser alcançada, pois, em um contínuo processo de novas descobertas e acúmulo de evidências, chegar-se-ia um dia à sua total explicação; além disso, constrói-se a sensação de que, finalmente, o passado poderia ser reparado no presente, um lenitivo para aqueles que estiveram diretamente ligados ao evento.

As divergências sobre sua conceituação – ditadura, revolução, movimento militar – apontam que a definição do acontecimento que é multifacetária e complexa, o que não significa, necessariamente, que o jornal seja um espaço plural sobre 1964. Predomina sobre o episódio uma epistemologia tradicional e pragmática, na qual o veículo, aparentemente, exime-se de posições e apenas trabalha para que a verdade seja descoberta por baixo de toda a poeira das versões e é, nesse sentido, que joga com todos os depoimentos apresentados em suas páginas.

A história é explicada a partir de um encadeamento de causas, efeitos e consequências. Em nenhum momento tais relatos se apresentam como elaborações, mas, são tomados como lugares de verdades que “resgatam”, “retratam” e “revelam” o passado, cabendo ao leitor descobrir qual deles é o verdadeiro. O veículo atua ainda como o próprio teatro no qual o processo da história seria por fim encenado.

Os colaboradores demonstram diferentes ideias que operam, em um nível pragmático, formas distintas de representação do passado. Embora deva se reconhecer que tais opiniões nem sempre sejam as mesmas defendidas pelo veículo, como ele próprio destaca, resultam em produto que é organizado por ele e é, exatamente, a maneira como ele distribui, aceita, divulga, escolhe ou interdita tais conteúdos que se formula essa escrita. Por sob o caleidoscópio dessas vozes há, não apenas uma intenção de revolver os mortos mas, também de decantar as formas como esse passado pode ser compreendido e contado.

Na investigação sobre essa produção, pode estar a chave para vislumbrarmos alguns aspectos importantes da cultura histórica pragmática na contemporaneidade, tais como a convivência em um mesmo horizonte temporal de diferentes regimes de historicidade, os jogos na produção de memória e esquecimento

---

<sup>37</sup> HALL, op. cit. p. 374.

além de modelos divergentes de compreensão histórica que conseguem encontrar legitimidade como explicação do passado, mas de espaço de encenação, o jornal pode se converter também em lugar de jurisdição sobre as ocorrências passadas.